

Câmara de Saúde busca esclarecer objetivos e sistematização do Anasen

Avaliação Seriada dos Estudantes de Medicina terá primeira edição em 2016



Os estudantes dos cursos de Medicina brasileiros passam, a partir desse ano, a ter seus desempenhos avaliados por uma prova nacional, elaborada pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). A Avaliação Seriada dos Estudantes de Medicina (Anasen) foi instituída em 2013, pela Lei Federal “Mais Médicos”, que previa a primeira edição para 2016 e regulação pelas Diretrizes Nacionais Curriculares (DCNs) para os cursos de Medicina, que entraram em vigor em 2014.

Para esclarecer os objetivos e a sistematização do Anasen, a Câmara Técnica de Saúde da Abruem (Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais) convidou o coordenador-geral do Enade, também responsável pela prova da avaliação seriada de Medicina, Rui Brito Jr. “O estabelecimento das diretrizes para a elaboração, aplicação e aferição do Anasen se deu em agosto desse ano, com a publicação da Portaria n. 982, que definiu pela avaliação dos estudantes dos cursos de graduação em Medicina autorizados pelo Ministério da Educação (MEC) e pelos Conselhos Estaduais de Educação a cada dois anos. Ou seja, no segundo, no quarto e no sexto anos do bacharelado”, explicou Rui.

Um dos esclarecimentos dados pelo coordenador-geral do Enade diz respeito ao modelo de prova do Anasen. Ele afirmou que os conteúdos da avaliação do Anasen são os estabelecidos pelas DCNs para o curso de Medicina de 2014, que englobam “os conhecimentos e as estruturas de pensamento que deverão ser incorporados durante a graduação pelo estudante. No entendimento do MEC, o importante é que o exame verifique o quanto de competência, e não de conteúdo, o alunos adquiriu ao longo do curso. Para isso, o aluno vai ter que resolver problemas que exigirão um raciocínio clínico”. Para isso, o bacharelado em Medicina responderá 63 questões, sendo 60 itens de múltipla escolha e três de respostas construídas pelos alunos.



Em 2016, foram inscritos para o Anasen os estudantes de Medicina ingressantes na universidade em 2015. “Esse ano, a inscrição foi feita pelo coordenador do curso de Medicina de cada instituição de ensino superior. Já para a edição de 2017, haverá uma nova etapa, na qual os próprios alunos deverão confirmar, validar essa inscrição”, adiantou Rui. A avaliação já tem data: nove de novembro, das 13h às 17h, nas próprias instituições de ensino.

“Esses estudantes que fazem a etapa 1 do Anasen em 2016, voltam a ser avaliados em 2018 e fazem a terceira etapa em 2020”, esclareceu o coordenador do Enade. “Esse sistema seriado de avaliação tem por objetivo verificar o ganho que esse futuro médico teve em termos de raciocínio clínico entre duas e quatro séries”.

Rui ainda detalhou que os resultados do Anasen não serão publicizados, não havendo, portanto, a conferência de um conceito para as instituições. “Apenas o aluno, individualmente, e o coordenador do curso vão receber uma espécie de boletim em que vão estar planejados os tipos de competência adquiridos pelos alunos e quais não”.

Em meio à crise de financiamento, avaliação dos programas de pós-graduação passará por mudanças

Discussões da Câmara de PG contou com participação de coordenadora da Capes

Elisa Maria Costa Pereira Thiago, coordenadora-geral substituta de avaliação da Capes, apresentou uma panorama dos critérios de avaliação dos programas de pós-graduação utilizados pela Capes desde sua criação em 1974, enfatizando os parâmetros que serão adotados na avaliação quadrienal de 2017: o impacto do programa de pós-graduação na formação de recursos humanos; a trajetória dos profissionais egressos, atuando para o desenvolvimento social, cultural e/ou econômico da região e do país; e a avaliação da internacionalização dos programas.

Essa ênfase avaliativa, segundo Elisa, está sendo pensada com o objetivo de estabelecer “ações de melhoria no médio prazo, de modo que os programas adotem projetos para o acompanhamentos dos mestres e doutores egressos; impulsionem a internacionalização; e promovam a integração do PPG com a graduação e com o ensino básico. Outra meta é que os programas consolidados mantenham ou aumentem as atividades de contribuição para os programas iniciais ou em consolidação”, contou.



Elisa Maria Pereira Thiago, coordenadora-geral substituta de avaliação da Capes, palestra sob o olhar atento de membros da Câmara Técnica de Pós-Graduação da Abruem

Para a avaliação quadrienal de 2017 a Capes – e os mais de 1.700 consultores externos convidados – tomará como base os regulamentos dos programas de pós-graduação; os documentos específicos de cada área; a ficha de avaliação específica para cada tipo de programa (acadêmico, profissional ou profissional em rede); os dados relacionados na Plataforma Sucupira; as planilhas de indicadores (do programa; dos docentes; o fluxo discente; a produção do PPG, dos docentes, dos discentes, e com participação discente); o estudo sobre a contribuição social e inserção dos egressos. “Desse modo, a partir da próxima avaliação, a ênfase estará indo na direção da qualidade de formação dos mestres e doutores no Brasil”, ponderou Elisa.

Elisa Maria Costa Pereira Thiago, mesmo afirmando não ser essa sua área de atuação na Capes, também tratou dos critérios para distribuição de bolsas e os instrumentos para os repasses financeiros para os programas de pós-graduação. Ela também tratou das possibilidades de financiamento externo, citando como exemplos os programas de mestrado profissionalizante, adiantando que um edital de fomento para a abertura de cursos de doutorado profissionalizantes já está em trâmite.

Secretaria Executiva:

Carlos Roberto Ferreira (crferreira@uepg.br)

Secretaria Geral:

Denize Alencastro (abruem@gmail.com)

Web-designer:

Felipe Moro Ferreira (felipe_m_ferreira@yahoo.com.br)

Jornalista Responsável:

Ariane Pereira (ariane_carla@uol.com.br)

